



ASSÉDIO MORAL NO TRABALHO

DOI: 10.22289/2446-922X.V5N1A14

Francielle Silva de **Magalhães**¹
Luciana de Araújo Mendes **Silva**

ZANETTI, R. (2010). ASSÉDIO MORAL NO TRABALHO. BRASÍLIA, DF: CONTEÚDO JURÍDICO.

Inicialmente, no primeiro capítulo, o autor, em um breve relato, expõe uma sustentação histórica sobre o assédio moral, reunindo estudos científicos realizados pelos precursores de teses envolvendo o tema, a fim de identificar como o assédio nasceu, como se desenvolveu dentro das organizações e como repercute atualmente. Neste contexto, observa-se que o assédio moral no trabalho já era frequente em muitas organizações na época da escrita da obra em foco, e vem aumentando consideravelmente e se tornando alvo de muitas discussões nas empresas.

O segundo capítulo da obra é dedicado à fundamentação legal do assédio moral no Brasil e no direito comparado, sendo que fica claro que, quando tal obra foi escrita, não existia nenhuma legislação federal que proibia expressamente o ato do assédio moral nas relações consideradas trabalhistas, porém existiam normas constitucionais nos âmbitos estaduais, como em São Paulo e no Rio de Janeiro, que resguardavam o direito humano de não ser agredido física e moralmente em seu ambiente laboral.

Posteriormente, no terceiro capítulo, o autor utiliza uma definição de assédio moral:

O assédio moral se define pela intenção de uma ou mais pessoas praticarem, por ação ou deixarem de praticar por omissão, de forma reiterada ou sistemática, atos abusivos ou hostis [...] os quais venham atingir a saúde do trabalhador, após o responsável ter sido comunicado a parar com eles e não ter parado. (p. 27).

Esse conceito, segundo o autor, além de caracterizar adequadamente o assédio moral, fornece os elementos para diferenciá-los de outros problemas psicossociais presentes nas relações de trabalho.

No quarto capítulo, baseado na definição anterior, em um primeiro momento o assédio moral é observado através das diversas condições que devem estar presentes no ato do assédio, caracterizado a partir da observação dos seguintes aspectos: realização de ato abusivo ou hostil;

¹ Endereço eletrônico de contato: fran.m.ag@hotmail.com.

Recebido em 14/07/2018. Aprovado pelo conselho editorial para publicação em 20/10/2018.



a repetição, frequência e duração de tais atos abusivos; a verificação se o assediador tinha intenção de atingir a vítima; o levantamento se a saúde da pessoa assediada foi atingida de alguma forma; e análise se as práticas acontecem no ambiente de trabalho ou durante o exercício das funções.

Em um segundo momento, neste mesmo capítulo, o autor explica o que não se caracteriza como assédio moral, distinguindo-o de outras definições que podem ser confundidas, como por exemplo, conflito de trabalho, estresse em vários níveis, dano moral, assédio sexual ou outras violências no trabalho. O autor esclarece ainda sobre o falso assédio em que a própria vítima acredita estar sendo assediada, porém os fatos não apresentam as características que condizem com a prática do assédio moral em si.

A seguir, no quinto capítulo, o autor descreve quais são as práticas consideradas abusivas ou hostis que podem caracterizar o assédio moral, sendo estas definidas como: impedir a vítima de se expressar, isolá-la, desconsiderá-la junto aos demais colegas de trabalho, desacreditar da capacidade do assediado de completar as tarefas determinadas e, acima de tudo, comprometer a saúde da vítima.

O autor também menciona que existem diferentes maneiras de ocorrência do assédio moral sendo que todas elas são discriminatórias podendo ser identificados de diversas formas a saber: vertical ascendente e descendente, horizontal, individual ou coletiva, estratégica, institucional, transversal ou mista. Cada modalidade é devidamente descrita e caracterizada, e ainda são fornecidos exemplos de processos jurídicos movidos pelas vítimas contra os agressores, assim como as decisões tomadas em tais processos.

O sétimo capítulo do livro é dedicado a fornecer características do agressor e da vítima. O assediador é assim qualificado por ser perverso, ter personalidade narcisista, obsessiva e paranoica, além de, em alguns casos, apresentar comportamentos fora do que é considerado normal, como um sentimento de perseguição, uma falsa cordialidade ou uma necessidade de estar por trás de uma máscara. Para se identificar um indivíduo como sendo um possível agressor, Zanetti (2010) cita que “[...] a verificação da personalidade é feita através de testes de personalidade. Esta verificação é feita por psicólogo.” (p. 84).

Posteriormente, neste mesmo capítulo, o autor fornece informações a respeito das vítimas de assédio moral. Em geral, os assediados não apresentam características precisas, sendo que qualquer pessoa está sujeita a se tornar alvo de assédios. No entanto, algumas características são mais atrativas aos assediadores, dentre elas cita-se as diferenças físicas, como uma deformidade ou mesmo uma beleza chamativa, e as de personalidade, como uma pessoa muito inteligente ou tímida demais. Tais diferenças podem destacar a vítima dos demais funcionários tornando-as mais vulneráveis que os demais. Por fim, o autor descreve brevemente a participação de testemunhas e terceiros no processo do assédio moral, onde as testemunhas



muitas vezes se calam por medo de perderem seus empregos e os terceiros que julgam a situação sem conhecer efetivamente a realidade. Tais ações desgastam ainda mais a saúde física e emocional da vítima, contribuindo para o assédio moral mesmo que indiretamente.

A seguir, no oitavo capítulo, o livro fornece informações de como pode ser identificada a ocorrência do assédio moral, visto que “[...] não existe nenhuma prova científica para explicar claramente e sem equívoco a relação entre causas e consequências que levam ao assédio moral.” (p. 92). Dentre tais informações, o autor explica como alguns fatores como o estresse, a má comunicação, a forma que a empresa considera os funcionários e as mudanças estruturais e/ou organizacionais, podem criar um ambiente propício ao assédio moral.

O assédio moral pode ser descrito em quatro fases, conforme exposto pelo autor no capítulo nove. Estas fases de um a quatro são, sucessivamente, conflitos de trabalho do dia a dia, instalação do assédio, intervenção tardia do departamento de Recursos Humanos e, por fim, a exclusão do mercado de trabalho. Os efeitos do assédio sobre a saúde psíquica ou física da vítima, sobre a sua dignidade e sobre as condições de trabalho são descritos pelo autor, fornecendo também alguns testes para identificação de ansiedade e depressão, sendo estes os efeitos mais comuns dentre as vítimas.

Em relação à saúde, o autor alerta que alguns efeitos de assédio podem não ser exclusivos desse fenômeno e tal fato dificulta o diagnóstico frente à atipicidade dos sintomas. Alguns efeitos regularmente apresentados pela vítima destacam-se a possibilidade de ansiedade e depressão. Outras consequências apresentadas são mais específicas do assédio, tais como sentimento de culpa e humilhação. Saindo do campo da saúde física e psíquica, o autor menciona alguns pontos que podem ser afetados, como a dignidade da vítima e a piora das condições de trabalho para o assediado.

No décimo capítulo, o autor expõe os custos do assédio moral observado sob o ponto de vista econômico, financeiro, social e humano. Aqui é possível identificar claramente que, quanto maior o percentual de vítimas, maior será o custo gerado pelo assédio. Por conseguinte, a melhor e mais viável forma de evitar custos com o assédio moral é trabalhar de forma preventiva.

Como o assédio moral é frequentemente confundido com outras violências, é necessário que a vítima prove que houve tal abuso com consequente prejuízo tanto psíquico quanto físico. Assim, no capítulo onze o autor apresenta considerações quanto às provas do assédio moral, englobando estas provas físicas, provas de danos à saúde e nexos nas causas e provas fornecidas.

O capítulo doze é destinado a apresentar informações importantes sobre a indenização em virtude do assédio moral, visto que a reparação dos danos materiais e morais se baseiam no Código Civil e a Constituição Federal. Nesta linha, são apresentados aspectos gerais que



influenciam na decisão do valor de indenização a qual a vítima tem direito, exemplos de decisões judiciais julgadas segundo os critérios levantados e a forma incorreta de fixação da indenização.

No capítulo treze o autor discorre um pouco sobre a responsabilidade pelos prejuízos causados pelo assédio moral, considerando o nível de responsabilidade do empregador, de quem praticou o ato e da ação regressiva do empregador contra o empregado. Nesse sentido, o capítulo seguinte aborda a responsabilidade penal pelos danos causados à vítima, principalmente quando o desfecho dos abusos é o óbito.

Via de regra o assediado não tem conhecimento de como deve proceder frente aos fatos. Assim o autor ressalta no décimo quinto capítulo os recursos internos e externos de acesso à vítima. Dentro da empresa, o colaborador pode recorrer aos sindicatos, à Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA, ao médico do trabalho e ao departamento de Recursos Humanos. Externamente é possível contar com o auxílio de um clínico geral, de um psiquiatra ou psicanalista, ajuda jurídica de um advogado e de associações que possuem como finalidade oferece apoio às vítimas de assédio moral.

Para as organizações, o caminho melhor e menos oneroso para evitar uma ação relacionada a assédio moral é através da prevenção. Por conseguinte, o autor orienta, no capítulo dezesseis, quanto a esta referida precaução, expondo seus aspectos gerais, os riscos profissionais aos quais estão sujeitos e o fluxo de informações que deve ser seguido, a fim de evitar que causas geradoras de assédio possam efetivamente se transformar em assédio moral.

Por fim, o autor encerra a obra com uma breve conclusão em que reúne informações descritas ao longo do livro, fornecendo também nos anexos questionários diversos acerca dos perfis de assediadores e assediados. Zanetti (2010) conclui que “além das indenizações, que se trata de um custo financeiro, através da prevenção estará sendo evitado um altíssimo custo social e principalmente humano, pois o assédio moral é muito grave para a saúde das pessoas, podendo levar a morte.” (p. 188).

O período crítico em que o mundo se encontra aumentou ainda mais a acirrada competitividade nas organizações, levando os trabalhadores a um alto nível de estresse que influencia no psíquico, gera uma transformação de personalidade e consequências nem sempre reversíveis, como é o caso do assédio moral. Este não é um tema novo, pelo contrário, a muito se estuda sobre tais ações que, não raro, podem levar a vítima à morte.

Neste contexto, a obra ora resenhada engloba o assunto em vários âmbitos, sendo possível a utilização da mesma como embasamento teórico para estudantes, fonte de pesquisa para profissionais da área da saúde ou para profissionais da área jurídica. O autor apresenta clareza na redação do texto e uma sequência de ideias adequada permitindo que mesmo pessoas leigas no assunto podem apreciar a leitura e auxiliar outros indivíduos que estejam vivenciando a situação do assédio moral nas organizações em que trabalham.



Apesar de apresentar uma fonte sólida de estudos como: pesquisas realizadas por doutrinadores da Suécia, França e Itália, leis e regulamentos nacionais e internacionais que abrangem o tema e exemplos de ações e decisões jurídicas envolvendo vítimas reais, o autor não cita o psicólogo como uma fonte direta de auxílio às vítimas de abusos no ambiente de trabalho, citando apenas a contribuição dos sindicatos que representam o trabalhador, da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), do médico do trabalho, da área de Recursos Humanos e, quando necessário intervir externamente, a contribuição do clínico geral e do psiquiatra e psicanalista. Vale aqui ressaltar que a Psicologia Organizacional se tornou peça fundamental dentro das empresas, tanto que em uma conjuntura em que é possível identificar a presença de assédio moral, o profissional dessa área pode exercer um papel fundamental no apoio ao assediado e, dessa forma, acreditamos que pudesse ter ocorrido na obra resenhada alguma menção sobre esse aspecto.

Apesar de não se caracterizar como uma obra específica para a área da Psicologia, o autor atingiu o objetivo de esclarecer a origem do assédio moral, as condições favoráveis para que ocorram os abusos, os perfis de alguns dos envolvidos e as contribuições da obra como fonte de estudo para diversas áreas e para pessoas que queiram se inteirar sobre o assunto.

De autoria de um profissional da área do Direito, formado em instituições de ensino de alto nível e com grande experiência jurídica no assunto abordado, a obra muito contribui para a situação atual em que se encontram diversas pessoas no mundo dos negócios e, por ser uma leitura clara, objetiva e muito bem exemplificada, pode ser lida por todos que tenham interesse no tema.

A obra possui conteúdo teórico extremamente rico em detalhes e muito bem exemplificado, constituindo um excelente material de estudo principalmente para estudantes da área do Direito, Psicologia e Administração, uma vez que aborda assuntos presentes no currículo escolar destes cursos. O livro também possui embasamento teórico e prático para profissionais já formados nas áreas citadas, servindo como guia orientador quanto às dúvidas frequentes quando o assunto é assédio moral no trabalho, considerando-se assim sua indicação tanto para gestores como colaboradores de empresas. Por fim, recomenda-se fortemente a leitura do livro a quem se interessar pelo assunto abordado, visto que consegue atingir o objetivo de fornecer informações relevantes, atuais e sistematizadas acerca de um tema altamente relevante na atualidade.